

**PERIODIZAÇÃO ECONÔMICA, ESPAÇO INTRAURBANO E SISTEMAS TERRITORIAIS DE URUCARÁ (AM).**

**ECONOMIC PERIODIZATION, INTRAURBAN SPACE AND TERRITORIAL SYSTEMS IN URUCARÁ (AM).**

**PERIODIZACIÓN ECONÓMICA, ESPACIO INTRAURBANO Y SISTEMAS TERRITORIALES EN URUCARÁ (AM).**

**Estevan Bartoli**

Universidade do Estado do Amazonas  
Brasil  
[ebartoli11@gmail.com](mailto:ebartoli11@gmail.com)

**Arenilton Monteiro Serrão**

Seduc – AM  
Brasil  
[arenilton2@gmail.com](mailto:arenilton2@gmail.com)

**RESUMO**

O artigo tem como objetivo realizar periodização econômica de Urucará (AM) refletindo sobre como aspectos socioeconômicos causaram mudanças no espaço intraurbano e nas funções que a cidade exerce. Inicialmente apresentamos condicionamentos do sítio na distribuição da população e tipos de fluxos com a rede urbana. A partir de revisão bibliográfica sobre o histórico de Urucará, análise de dados primários e secundários sobre a sub-região do baixo Amazonas e trabalhos de campo, demonstramos que a expansão intraurbana recente tem sido acompanhada da formação de sistemas territoriais. Com utilização da metodologia dos Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinho e Urbano-Fluvial, apresentamos dinâmicas escalares de duas atividades econômicas principais: a pesca e o cultivo do guaraná. Concluímos que a situação da cidade e de seus sistemas territoriais tem sido reconfigurada por dinâmicas escalares, ocorrendo drenagem da renda de pescadores e camponeses pela dinâmica da rede.

**Palavras-chave:** sítio, situação, ciclos econômicos, sistemas territoriais.

**ABSTRACT**

The article aims to carry out economic periodization of Urucará (AM) reflecting on how socioeconomic aspects caused changes in the intra-urban space and in the functions that the city exercises. Initially its presented site conditioning in the population distribution and types of flows with the urban network. As from the based on a literature review on the history of Urucará, analysis of primary and secondary data on the sub-region of the lower Amazon and fieldworks, it was demonstrated that the recent intra-urban expansion has been accompanied by the formation of territorial systems. Using the methodology of the Territorial Urban-Riverside and Urban-Fluvial Systems, it was presented the scalar dynamics of two main economic activities: fishing and guaraná cultivation. It was concluded that the situation of the city and its

territorial systems has been reconfigured by dynamics scalar, draining the income of fishermen and peasants by the dynamics of the network.

**Keywords:** site, situation, economic cycles, territorial systems.

## RESUMEN OU RÉSUMÉ

El artículo tiene como objetivo llevar a cabo la periodización económica de Urucará (AM) reflexionando sobre cómo los aspectos socioeconómicos causaron cambios en el espacio intraurbano y en las funciones que ejerce la ciudad. Inicialmente, presenta el acondicionamiento del sitio en la distribución de la población y los tipos de flujos con la red urbana. A partir de una revisión bibliográfica sobre la historia de Urucará, el análisis de datos primarios y secundarios sobre la subregión del bajo Amazonas y el trabajo de campo, demostró que la reciente expansión intraurbana ha sido acompañada por la formación de sistemas territoriales. Utilizando la metodología de los sistemas Territorial Urbano-ribereno y Urbano-Fluvial, presenta dinámicas escalares de dos actividades económicas principales: pesca y cultivo de guaraná. Llega-se a la conclusión de que la situación de la ciudad y sus sistemas territoriales se ha reconfigurado por la dinámica escalar, con los ingresos de los pescadores y campesinos drenados por la dinámica de la red.

**Palabras clave:** sitio, situación, ciclos económicos, sistemas territoriales.

## INTRODUÇÃO

O texto objetiva entender como as transformações históricas de uma cidade pequena na Amazônia e suas escalas de relações com o sistema mundo (WALLERSTEIN, 1983), causaram reterritorialização de populações com criação de formas espaciais (cidade e morfologia urbana) e redefinição nas funções da cidade.

Os procedimentos metodológicos foram pautados na revisão da literatura histórica sub-regional, coleta de dados em instituições diversas e trabalhos de campo com entrevistas a lideranças locais, presidentes de associações, Colônias de pescadores, sindicatos rurais e demais redes de sujeitos de destaque na economia local.

Inicialmente descrevemos como o sítio municipal (base física) e a posição da sede em relação à rede urbana regional são condicionantes dos tipos de uso do solo, concentrando na faixa sul do município a maior parte da circulação, fluxos da rede urbana e presença dos aglomerados humanos (rurais e a sede municipal). Apresentamos reflexão sobre as disparidades regionais entre municípios do estado do Amazonas, cuja estagnação de Urucará foi acentuada por dois fatores: prevalência do modelo Zona Franca de Manaus causando baixo dinamismo

nos municípios interioranos, e crise do cultivo da juta com êxodo e impactos no campesinato local.

No segundo item, realizamos periodização dos ciclos e atividades camponesas, com presença do capital mercantil local se desenvolvendo a partir de demandas externas e posterior crise com intenso êxodo reconfigurando o espaço intraurbano.

No terceiro momento apresentamos o modelo analítico da interação entre os Sistemas Territoriais: Urbano-Ribeirinho (STUR) correspondente à dinâmica da economia popular e Urbano-Fluvial (STUF) formado a partir da consolidação de setores atrelados ao capital mercantil. Com intensificação do processo urbano, há recomposição das atividades da pesca que se moderniza e do campesinato frente à relações escalares oriundas de empresas transnacionais vinculadas à compra de guaraná.

Concluimos que o processo urbano na Amazônia, apesar do recurso analítico da periodização e redefinição das funções urbanas, requer a partir dos estudos em andamento, entendimento do movimento dialético entre localidades/totalidade, onde Urucará foi inserida em demandas relacionadas à formação da economia mundo (com intensidade e tipos de relações escalares distintas). Os sistemas territoriais apresentados e a proposta analítica do modelo STURF/STUR, demonstram aspectos relacionais e reticulares que redefiniram a situação de Urucará atualmente em suas novas funções.

### **Sítio, posição e situação de Urucará**

Apresentamos neste item o argumento de que os condicionamentos de posição da sede municipal (localização) e o sítio em que está inserida no complexo geomorfológico e fluvial sub-regional, são elementos de enorme importância para entendimento do desenvolvimento histórico-geográfico e dos papéis na divisão territorial do trabalho, o que nos fornece bases para pensar a *situação* da cidade.

Em 1814 foi Fundada por Crispim Lobo Macedo à beira do Rio Amazonas uma povoação chamada Santana da Capela através da Lei Provincial nº462 em 03/05/1880. Com a

criação da freguesia de Santana da Capela em 12/05/1887 (Lei Provincial nº 744) elevou-se vila, sendo então realizada a criação da sede do município de Urucará.

Em 28/11/1930 algumas mudanças foram realizadas em seu território através do Ato Estadual nº 45 elaborado, onde o município foi suprimido e seu território anexado ao município de Itacoatiara. Somente em 1935 quando o Estado foi reconstituído houve o reestabelecimento do status de município a Urucará. Em 10/12/1981, pela Emenda Constitucional nº 12, Urucará perde parte de seu território em favor do novo município de São Sebastião de Uatumã (figura 1).

Pela posição com acesso ao Rio Amazonas, Urucará passou historicamente a estabelecer relações reticulares mais intensas tanto com a metrópole Manaus (AM) a oeste, Parintins (AM) e a rede urbana paraense a leste. Ao norte, uma constelação de comunidades se distribui ao longo do rio Uatumã e seus afluentes, sendo polarizadas tanto por Urucará como pela cidade vizinha São Sebastião do Uatumã (AM). Os fluxos econômicos e relações com cidades ao sul (Boa Vistas do Ramos e Barreirinha) são pouco intensos.

O termo *posição* designa localização física, já *situação* envolve outros elementos que tornam a posição um fator vantajoso, como a presença de eixos de circulação (GEORGE, 1983, p. 40), sendo um espaço geográfico relativizado que “se molda em função das técnicas, das estruturas econômicas e sociais e dos sistemas de relações, sendo dinâmica processual que leva em conta redes e fluxos diversos a partir de um processo de centralização (DAMIANI, 2006)”.

Silveira (1999) define situação em concepção mais complexa, sendo o resultado do impacto de feixes de eventos sobre um lugar, contendo existências materiais e organizacionais que modificam o dinamismo preexistente e criando uma nova organização das variáveis. A autora reforça necessidade de selecionar as principais variáveis que estruturam a situação (Ibid. p. 25). Entre elas, ocorre a consolidação de Urucará enquanto centro sub-regional fornecedor de recursos regionais para exportação oriundos do extrativismo, agricultura camponesa, atividades pesqueiras e, posteriormente reforçando seu papel comercial de distribuição de mercadorias para comunidades do entorno. Retomaremos aspectos dessa noção de situação após análise do histórico do município e do desenvolvimento de seus sistemas territoriais, compondo proposta metodológica.

A situação acaba redefinindo o papel de mediação da cidade no ordenamento territorial e o tipo de inserção da divisão territorial do trabalho. Problemas ambientais ocorrem quando cidades servem de base para usos predatórios de recursos em vastos territórios. Isso tem beneficiado elites locais e frações pouco dinâmicas vinculadas ao capital mercantil. Areia, seixo, madeira, pescados, garimpos ilegais (“currutelas”) e tantos outros recursos extraídos com baixo processamento ou aproveitamento pelas populações locais que acabam tendo também suas rendas drenadas pelo consumo urbano-industrial com mercadorias avindas de outras redes urbanas como demonstrado em Bartoli (2018; 2019; 2020).

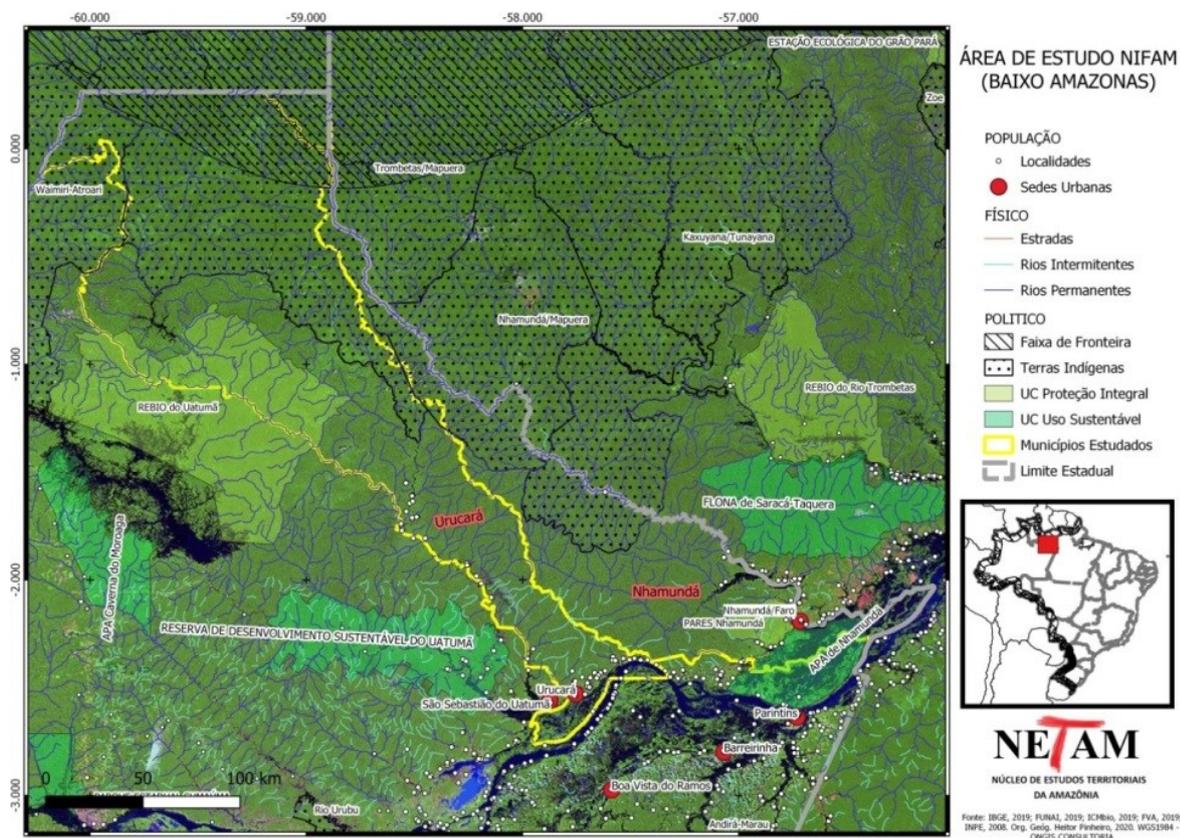
Apesar do patamar de cidades pequenas (exceção de Parintins considerada cidade média) enormes áreas dos municípios do baixo Amazonas permanecem com baixa densidade demográfica. O território rural do Baixo Amazonas<sup>1</sup> possui densidade demográfica de 2,2 hab/Km<sup>2</sup>, sendo que a maior densidade é verificada no município de Parintins com índice de 17,14 hab/Km<sup>2</sup> e a menor densidade no município de Urucará com 0,61 hab/Km<sup>2</sup>.

Sobre o entendimento das relações com suas áreas de influência (comunidades do entorno e a cidade vizinha São Sebastião do Uatumã), uma vez que o consumo do espaço municipal estaria ligado à função ocupada na divisão territorial do trabalho, argumentamos a favor da descrição das territorialidades das principais redes de sujeitos que formam sistemas territoriais descritos no último item. Tais territorialidades tecidas formam densidades de relações no território a partir da mediação principal que é a cidade com seu *milieu* urbano (BARTOLI e SPOSITO, 2016). Cumpre-se assim papéis complementares às combatidas estruturas econômicas municipais, ainda dependentes de repasses governamentais e funcionalismos públicos.

---

<sup>1</sup> Estabelecemos esta subdivisão analítica tendo em vista a continuidade dos estudos sobre a região de planejamento oriunda de Conselhos municipais.

Figura 1: municípios do baixo Amazonas



Em Uruará, o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo é de 49,6 % (IBGE- 2010), o que reforça a formação de intensa circulação entre cidade e interiores para complemento de renda (BARTOLI, 2020), assim como a consolidação da agricultura camponesa como forte fator de identidade territorial.

Machado (1999) já havia apontado baixa capacidade histórica de complementação econômica entre as cidades na Amazônia, com escassas trocas mercantis em formações de economias com baixa diversidade e complexidade em análise do período Colonial, considerando-as enquanto “proto-urbanização”. Averiguar como esses antigos padrões de circulação e extração de excedentes foram alterados e quais suas permanências frente às recentes mudanças relacionadas ao processo de urbanização, nos remete à análise das formas que a cidade apresenta hoje.

Essas frentes de desenvolvimento urbanos mais recentes se sobrepõem a uma rede urbana já existente (embrionária, nas palavras de Lobato Corrêa - 2006) redinamizando alguns

pontos do território e enfraquecendo outros. Para o autor, a periodização espacial reconstrói o tempo espacial, ou seja, coloca em evidência momentos diferenciados que caracterizam o processo de elaboração da organização espacial.

De acordo com Meirelles (2018), ao longo da história do Amazonas podemos perceber uma constante crise no setor primário e o empobrecimento do homem do interior. Os planos de desenvolvimento propostos para o Estado do Amazonas implementaram tímidas melhoras depois de 40 anos onde o desenvolvimento continua concentrado em torno da Zona Franca de Manaus, com 50% da população amazonense em Manaus (MEIRELLES, 2008:107).

Tabela 2 – Comparativo das características sociodemográficas dos municípios do baixo Amazonas com a capital Manaus.

Municípios	População	PIB per capta	Pessoal ocupado	IDH	Mortalidade infantil (óbitos por mil nascidos vivos)	Esgotamento sanitário adequado
Urucará	16.383	17.378,65	882	0,620	11,11	10,9
São Sebastião do Uatumã	13.685	7.232,53	536	0,577	19,42	1,7%
Boa Vista do Ramos	18.781	6.089,15 R\$	685	0,565	12,54	29,7 %
Barreirinha	31.593	7.059,80 R\$	954	0,574	14,94	4,3 %
Nhamundá	20.899	6.462,02	888	0,586	16,76	16,1
Maués	62.755	6.481,40	3.574	0,588	16,74	27,1
Parintins	113.168	9.092,68	6.974	0,658	22,91	19,3
<b>Manaus</b>	<b>2.145.444</b>	<b>33.564,11</b>	<b>505.682</b>	<b>0,737</b>	<b>14,52</b>	<b>62,4%</b>

Fonte: IBGE Cidades (2019) – organizado pelo autor.

Disparidades chamam atenção na Tabela 1 onde o PIB per capta da capital Manaus ultrapassa o triplo do PIB per capta de Parintins e o dobro de Urucará. Porcentagem de presença de esgotamento sanitário adequado é outro aspecto que demonstra o abandono das políticas públicas nos interiores. o PIB per capta de Urucará é o maior na sub-região.

A partir dos dados e análises apresentados sobre Urucará, é preciso relacionar nosso argumento ao movimento da totalidade, onde tais espaços estão inseridos no processo global relacionado ao fenômeno da urbanização. Com a perda de vínculos territoriais por populações diversas na Amazônia, advinda tanto por causa do êxodo rural como por frequentes embates e lutas pela terra, as cidades e o fenômeno urbano passam a estar ligados aos desequilíbrios entre

grandes aglomerações metropolitanas e cidades menores. Estas refletem em sua organização espacial, o tipo de especialização funcional que passam a desempenhar.

### **Periodização e expansão urbana de Urucará.**

Com importância de averiguar funções dos centros urbanos nas sucessivas fases econômicas regionais/globais, estudos clássicos como os de Corrêa (2006) apontam necessidade de periodização da rede de cidades na Amazônia brasileira. Surge ainda demanda de entendimento da articulação entre as dimensões intra e interurbana (SPOSITO, 2007), onde a cidade passa a ser reflexo da divisão territorial do trabalho.

Das elites formadas em diferentes fases, do período áureo da borracha aos ciclos extrativos subsequentes e a produção da juta, interessa-nos entender como a fração mercantil ainda predominante em Urucará e a produção do guaraná, realizam escalas diversas e se isso tem influenciado na configuração do espaço intraurbano com presença intensa de setores populares e suas conexões com comunidades do entorno.

Desde a ocupação do Vale Amazônico a partir do século XVII com a chegada da coroa portuguesa com objetivo de expulsar invasores ingleses e holandeses, sequenciais ciclos econômicos foram configurando a rede urbana embrionária e dentrítica com a construção de fortes e a intensificação da busca por “drogas do sertão” a partir de 1655 (CORRÊA, 2006)

As sucessivas fases, a partir da implantação da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755) e as políticas do Marquês de Pombal (até 1780), aprofundaram o desenvolvimento da rede, e diversas políticas alteraram os rumos da região, impondo restrições ao poder eclesiástico, doando sesmarias a colonos e soldados, expandindo cultivos e extrativismo, implantando numerosos Fortes, e principalmente, elevando 46 Aldeias missionárias à categoria de vilas, entre elas a Vila Bela da Imperatriz, futura Parintins (BITTENCOURT – 1924).

O período da borracha (1850 a 1920) impactou muito pouco a sub-região do baixo Amazonas e sua rede urbana, devido aos poucos investimentos propiciados pela economia gomífera. Estruturou timidamente a configuração inicial do plano urbano de Parintins (BARTOLI, 2017), com a cidade definindo a futura expansão e estruturação a consolidação do centro comercial e administrativo.

A partir de 1933, entre o trecho de Manaus e Santarém, teve início a implantação do ciclo da juta partindo de Parintins, que foi polo propulsor das experimentações no plantio da fibra vegetal destinada a produção de sacarias para exportação do café brasileiro. O Governo Federal, em 1930, concede permissão para órgãos japoneses para fundar em Parintins o Instituto de Estudos Agrícolas para imigração japonesa, na Vila Amazônia, próxima ao núcleo central (ROSAL- 2000).

As permanências camponesas sempre foram traços marcantes em Urucará, com forte presença de ocupação das várzeas destinadas a agricultura de subsistência. Os padrões de ocupação do espaço de Urucará começam a ser alterados a partir de meados da década de 1950, quando enchentes/cheias extremas e indisponibilidade de terras nas várzeas forçaram mudanças permanente para as áreas de terra firme. Além dos fatores naturais, muitas famílias foram atraídas pelas ofertas de terras em projetos de colonização e pelo surgimento das primeiras Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), tanto em áreas rurais, como em áreas urbanas, configurados os bairros que surgiram a partir desses acontecimentos (SERRÃO, 2018).

Ligados a um modo de vida específico, a pesca, o extrativismo e agricultura de subsistência assumiram papel de destaque na vida e nas relações estabelecidas territorialmente por esses sujeitos, com reflexos nas ocupações urbanas e na morfologia da cidade. Esse processo revela uma dimensão que não é apenas espacial, mas também temporal, ao mesmo tempo em que, aponta uma profunda contradição nos processos de apropriação do espaço pela sociedade (CARLOS, 2007).

Em se tratando de Amazônia, esta diferenciação de tempos espaciais é muito marcante no âmbito da rede urbana, caracterizando-se por uma combinação desigual de elementos que afetam a organização espacial (CORRÊA, 2006). Distintos períodos históricos alteraram consideravelmente a composição urbana das cidades do baixo Amazonas, ligados especialmente aos ciclos econômicos da juta, pecuária e outros componentes da extração da renda da terra (PAULINO, 2012).

A importância dos ciclos econômicos e de fatores naturais (enchentes/cheias e o fenômeno das terras caídas) que assolaram a região no decorrer da segunda metade do século XX, ocasionaram não apenas mudanças territoriais, mas também novas territorialidades. Entre

as consequências, destacam-se o êxodo rural, novas funções sociais da terra, pecuarização, especulação fundiária e a ocupação permanente de extensos bairros populares.

Ainda que a produção do cacau tenha gerado riquezas para um punhado de comerciantes-patrão que atuavam nas embocaduras dos principais rios da sub-região do baixo Amazonas, foi o apogeu e a decadência do cultivo da juta que deixaram marcas na morfologia urbana urucaraense nas décadas de 1970 e 80.

A inserção produtiva da juta se deu com a chegada das primeiras famílias japonesas que se instalaram na região por volta da década 1940. Transformaram as relações de comércio e de trabalho, inserindo uma nova racionalidade produtiva aos camponeses. No baixo Amazonas, com a consolidação dessa atividade, a lógica de produção era camponesa, onde os mesmos controlavam a força de trabalho, que dependendo do contexto, poderia ser familiar ou assalariada. Detinham os meios de produção - terra, objetos de trabalho, no entanto, estavam subordinados a lógica da monopolização do território pelo capital, na qual os atravessadores e as indústrias ditavam os preços e controlava os fluxos e os padrões de produção, ocorrendo a extração da renda da terra (PAULINO, 2012).

Vale destacar que até meados da década de 1950, a economia urucaraense girava em torno da produção agrícola, tendo a juta como principal componente da balança comercial, complementada por outros produtos extrativos como o pau-rosa e a castanha. No entanto, poucos fixos como armazéns, galpões e fábricas de beneficiamento foram criados no espaço intraurbano de Urucará (figura 2). As principais estruturas físicas oriundas da produção de fibras (fábricas e galpões) ficaram restritas à cidade de Parintins, destacando a centralidade que essa cidade veio desempenhando ao longo décadas sobre os demais municípios, estabelecendo uma divisão do trabalho, condicionando os demais municípios a meros fornecedores de matéria-prima. Isso reforçou a acumulação de capitais urbanos em Parintins que exerce atualmente papel de cidade média de responsabilidade territorial (BARTOLI et al, 2019)

A partir da década de 1970, a produção da juta apresenta seus primeiros sinais de declínio. Além de fatores naturais e econômicos, a produção regional, sentiu os efeitos da intensa divulgação das fibras sintéticas, que ofereciam sacos mais leves e baratos e com possibilidade de economia em escala (CRUZ, 2007). Os efeitos dessa crise foram amplamente

sentidos pelo camponês no baixo Amazonas, que tinha nesse produto importante alternativa de renda, trabalho e mercado.

O êxodo rural acarreta mudanças estruturais no espaço urbano urucaraense. O plano urbano inicial de Urucará era composto por três bairros até a década de 1960: São José, Centro e São Jorge. A Rua Crispim Lobo, Coronel Pinto e Antenor Thiago de Melo compunham os principais traçados da cidade a beira rio, marcados por poucos casarios que indicam ciclos econômicos passados.

Na década de 1970 o bairro São José apresentava um rústico porto com manutenção da dinâmica ribeirinha e camponesa e uma escadaria para embarque/desembarque de produtos (principalmente a juta em expansão) atendendo embarcações maiores (figura 2).

Figura 2: bairro São José na década de 1970 (esquerda) e comércio de juta em Urucará (direita).



Fonte: arquivo pessoal da família do Pastor Clinton, 1970.

A partir das décadas de 1980 e 1990, houve rápida expansão do plano urbano. O surgimento de bairros como Aparecida, Santa Luzia, Divino, Paraíso e São Pedro ampliaram consideravelmente sua população. As mais recentes ocupações do sítio urbano se deram entre as décadas de 2000 e 2010 (figura 3). Cafezal, Beija-Flor, Glória, Nova Jerusalém e Grande Vitória I e II, inverteram o perfil populacional do município (Tabela 3), características semelhantes com as pequenas cidades do baixo Amazonas.

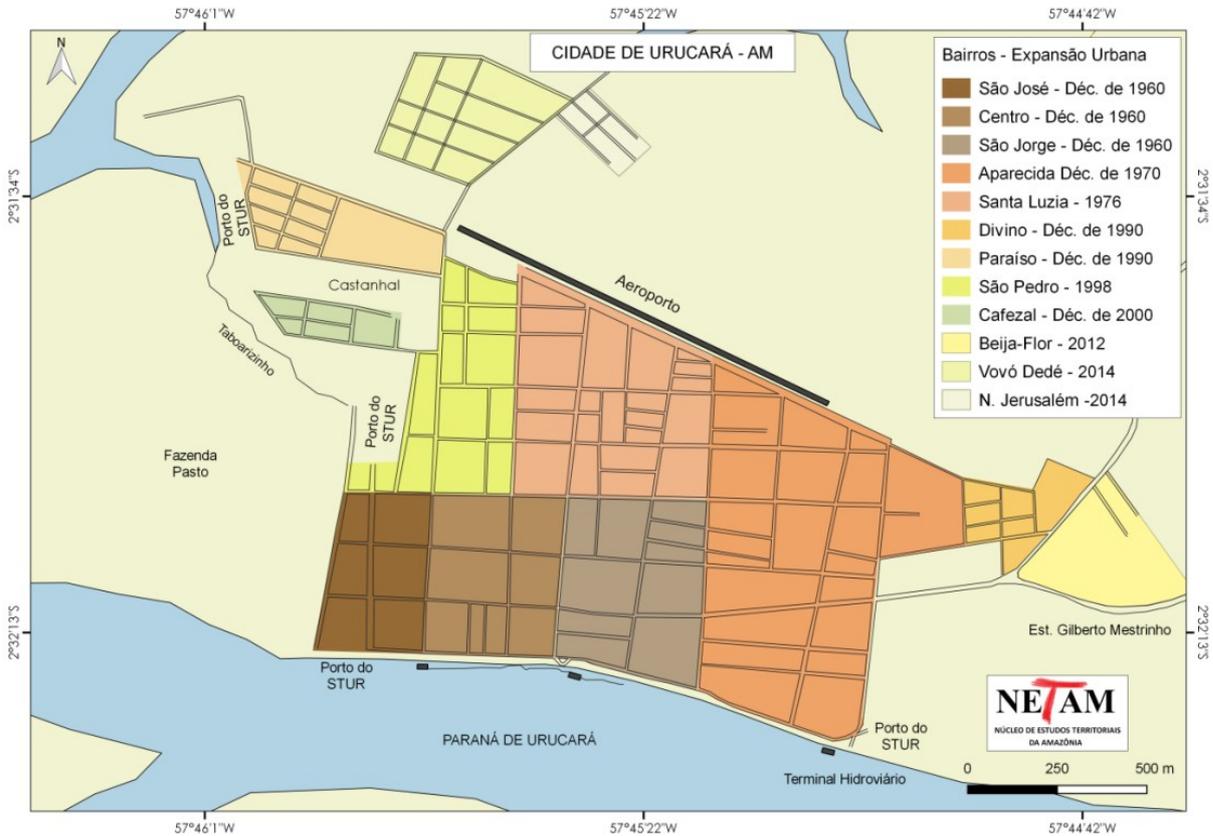
Tabela 3: dados demográficos e inversão populacional do município de Urucará

Décadas	Pop/absoluta	População rural	População urbana
1980	8. 761 hab.	5. 303 hab.	3.458 hab.
1990	11.328 hab.	5.185 hab.	6.143 hab.
2000	18.372 hab.	10.274 hab.	8.098 hab.
2010	17.094 hab.	7.208 hab.	9.986 hab.
2019	16.256 hab.	-	-

Fonte: IBGE.

A partir de 2018 novas áreas de ocupações irregulares causam expansão do plano urbano e sinalizam o grande déficit habitacional que vem passando o município. A busca por serviços educacionais, saúde e emprego gera pressão por moradia nas localmente chamadas “invasões” (ocupações irregulares) e os loteamentos de terras tem se tornado uma realidade na configuração intraurbana de Urucará. Sem infraestrutura básica como asfaltamento, coleta de lixo, esgoto, energia elétrica e ausência de ocupação remunerada, a informalidade é uma marca presente na vida das famílias, que possuem ligação embrionária com o campo e suas comunidades adjacentes, complementando sua renda com atividades camponesas. Como o perfil econômico de atividades na cidade é insuficiente para essa demanda, torna-se necessária metodologia que apreenda as estratégias que a economia popular realiza para complemento de renda, numa intensa relação “cidade-campo” que apresentaremos no modelo do Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR).

Figura 4: expansão urbana de Urucará por décadas.



Fonte: trabalhos de campo (04/2019).

Fica clara, com a implanta da malha ortogonal, a falta de criatividade e critérios da solução urbanística na disposição das ruas e total negação às nuances do relevo e hidrografia e seus usos de beiras de rio por populares. Houve desvalorização do sítio e desconsideração às prementes necessidades de acesso de populações às beiras.

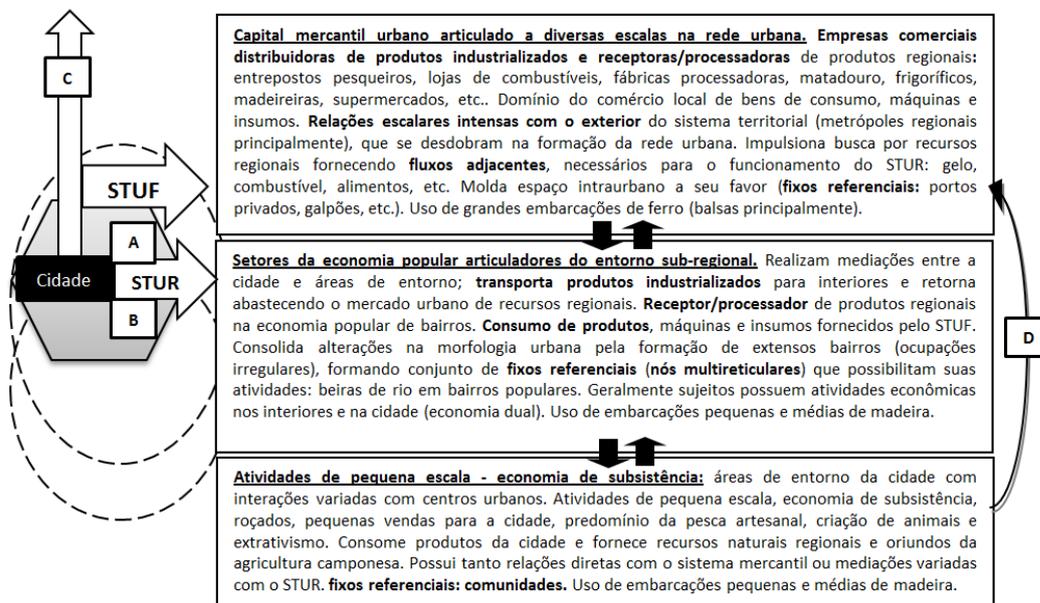
### Redes de sujeitos locais e sistemas territoriais

O STUR é composto por redes de sujeitos pertencentes à economia popular que se reterritorializam nas cidades, e se desenvolve através de intensas interações com o capital mercantil dominante da cidade, que veio se metamorfoseando após derrocadas dos ciclos econmicos. Parte dessa fração do capital mercantil perde poder, fato perceptível nos relatos de populações locais sobre famílias ricas que dominavam determinado período e perderam

prestígio posteriormente, onde geralmente os filhos se mudam para a metrópole Manaus. Outras elites locais conseguem se metamorfosear a partir da acumulação de capital precedente (primitiva ou por aviamento), desenvolvendo outras atividades urbanas como comércios diversos, hotéis, redes de postos de gasolina, turismo, domínio do transporte de cargas via barcos grandes de ferro, etc. Mantém ainda terras e investimentos em áreas interioranas, estabelecendo relação constante com camponeses e trabalhadores informais da cidade. Usufruem, portanto, do controle da economia local realizando exploração dos sujeitos que compõem o STUR.

Essa fração mercantil possui outras formas de territorialidades com uso de embarcações maiores e relações escalares mais intensas com cidades maiores, tem sido fruto de estudos recentes em Bartoli (2017; 2018 a; 2018 b; 2019 a; 2019 b; 2020), que denomina essa rede de sujeitos como STUF - Sistemas Territorial Urbano-Fluvial. O fluxograma 1 demonstra a interação entre STUR/STUF na produção das territorialidades interativas e dialéticas que ordenam as relações territoriais.

Fluxograma 1 - demonstra a interação entre STUR/STUF na produção das territorialidades



**A** - Tensões e conflitos: produção do espaço urbano (ênfase nas beiras de rio). **B** - Hibridização: elaboração de soluções criativas e adaptações técnicas em instrumentos de trabalho, moradia, tipos de embarcações e outras formas espaciais perceptíveis em bairros populares. **C** – saltos escalares diversos associado tanto ao capital mercantil, como da economia popular formando redes urbanas. **D** - extração de recursos regionais (inclusive areia

e seixo para construção civil) realizada por grandes empresas comerciais da cidade; não há mediações ou processamento, mantendo sujeitos populares que abastecem tal fluxo em grau elevado de territorialidade passiva. Fonte:

A aceleração do processo de urbanização inserindo especializações produtivas confronta com os tradicionais modos de vida ribeirinhos que antes exerciam atividades mais diversificadas. Tais variedades produtivas ainda persistem, cujos camponeses combinam atividades de acordo com a sazonalidade, mercados e cultura local (COSTA, 2017). Apesar dessa tendência cultural dos moradores de interiores na construção de “multi-tarefas” no dia a dia, é possível identificar nas pequenas cidades especializações que formam sub-sistemas territoriais no interior da dinâmica STUR/STUF.

#### a) **O subsistema Territorial pesqueiro**

Constituindo a base alimentar e nutricional do camponês urucaraense, a pesca é uma das mais importantes atividades socioeconômicas praticadas na sub-região. Sua utilização vai além apenas da questão alimentar, constitui também, fonte de renda, base cultural e as mais diversas formas de relações de poder. O processo de territorialização de lagos de pesca, rios, paranás e igarapés acontece pela diversidade redes de sujeitos (fazendeiros, pescadores artesanais e profissionais), em parte residindo na cidade, mas mantendo relações constantes com atividades campesinas.

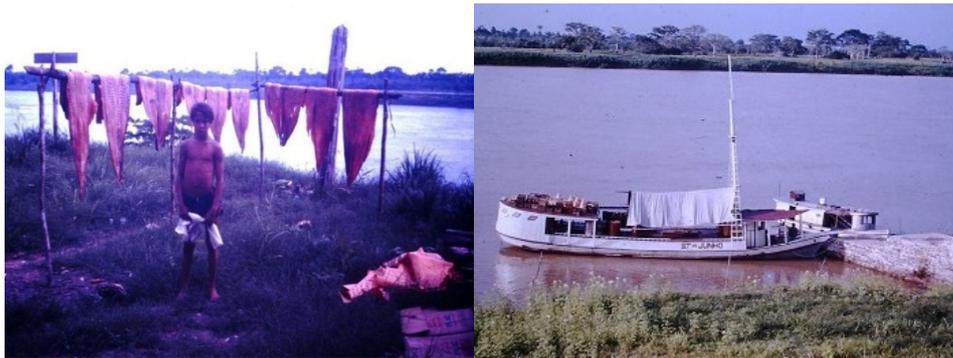
Com as elevadas taxas de urbanização de alguns centros urbanos, particularmente Manaus e Belém na década de 1970, a pesca tem apresentado forma mais intensiva passando do estágio artesanal para o profissional (FURTADO, 1993). Novos padrões tecnológicos foram inseridos na realização da atividade, a destacar a introdução das fibras de nylon, uso de motores mais potentes, embarcações com capacidade para várias toneladas e a introdução do uso do gelo. Tais fatores ligados aos incentivos governamentais expandiram consideravelmente as áreas de pesca, chegando aos mais longínquos municípios amazônicos (MOURÃO, *et al*, 2009).

Com o colapso da produção da juta, a pesca passou a assumir maior importância como atividade econômica entre os camponeses urucaraenses se intensificando a partir da década de 1970. Tais práticas espaciais salientam a capacidade do campesinato em se adaptar às situações

de crise nas quais são submetidos demonstrando flexibilidade e resiliência<sup>2</sup> como suas principais características (HARRIS, 2006).

A pesca do pirarucu representou por décadas uma das principais atividades econômicas do município. A disponibilidade de complexos de lagos em sua maioria localizado em área de várzea possibilitou a captura em grande escala. Barcos regatões oriundos de cidades do estado do Pará compravam a espécie já seca (salgada) dos pescadores locais na década de 1970 (figura 5). Em troca do peixe seco deixavam mercadorias, relação semelhante aos estabelecidos pelos comerciantes-patrão do período da juta, ou seja, a prática do aviamento. Isso demonstra a antiga relação da exploração do campesinato fortalecendo setores do capital mercantil que hoje estruturam o STUF.

Figura 5: comércio do pirarucu seco (esquerda) e barco regatão paraense (direita).



Fonte: arquivo pessoal da família do Pastor Clinton, 1970.

O sistema de exploração da renda camponesa, não se restringia apenas a espécie pirarucu. Com a escassez devido à sobre-exploração, a aceitação de algumas espécies de peixes de couro, conhecidos regionalmente como peixe liso, passaram a fazer parte dessa rede de comercialização que prevaleceu até meados da década de 1990, quando novas dinâmicas e demandas produtivas para atender o mercado local e regional (Manaus e Parintins) direcionaram a pesca para a captura de tambaqui, bagres e outras espécies.

O avanço do processo de urbanização na Amazônia, com intensificação dos sistemas de transportes fluviais, políticas de incentivo e crescimento da demanda das cidades,

---

<sup>2</sup>Capacidade de adaptação ambiental e acomodação às demandas econômicas externas (HARRIS, 2006).

acarretaram novas territorialidades da pesca. Por necessitar de fluxos adjacentes fornecido pelo STUF (gelo, gasolina, financiamentos, fornecimento de cesta básica, etc.), os pescadores acentuaram suas relações de dependência com o capital mercantil, compondo a relação STUR/STUF.

Devido à posição próxima ao rio Amazonas com abundância de lagos, rios, paranás e também proximidade da foz do Rio Uatumã, a piscosidade dos entornos da cidade é enorme. Urucará possui atualmente dois sindicatos de pescadores e uma Colônia. De acordo com o presidente da Colônia, são 500 pescadores cadastrados nas três representações que vivem diretamente da pesca. A média de pescado por trabalhador é de 200 quilos mensais, e a estimativa anual da atividade municipal é de 700 toneladas por ano, o que confere à atividade enorme pressão sobre as espécies.

São 8 barcos de 15 toneladas que pertencem aos pescadores residentes em Urucará. Pescadores de Parintins também tem como área de exploração lagos e rios supracitados, ocorrendo ainda a invasão de frotas de barcos de pesca industrial vindos do Pará, o que acirra a disputa por territórios de pesca (BARTOLI, 2017, 2019a). Segundo o presidente da Colônia, de julho a setembro cerca de trinta barcos paraenses de 20 a 40 toneladas adentram nas áreas de pesca de Urucará. Quando questionamos sobre a resistência das populações locais quanto essas invasões, salientou que existem vários acordos de pesca para proibição, mas que não contemplam a maior parte dos lagos invadidos. Citou conflitos recentes no lago Amanari e disse que houve suspensão do uso de malhadeiras para os moradores locais com proibição da entrada de barcos. Isso resultou no aumento significativo do pescado nos últimos anos com recuperação na reprodução das espécies, com permissão atual apenas de uso de anzol, linha e zagaia.

Nas beiras frontais das cidades é possível notar a venda diária do pescado para consumo urbano, com carros de som anunciando a chegada de espécies mais apreciadas (curimatá e jaraqui, por exemplo) vendidos direto dos pescadores para a população. Trata-se de uma porcentagem mínima consumida nas cidades.

O que chama atenção é que tanto Urucará como a cidade vizinha São Sebastião do Uatumã (AM) não possuem centros compradores ou processadores dessa enorme quantidade de pescado, que em sua maioria é vendida em Parintins, que possui três empresas médias (frigoríficos pesqueiros) e diversos outros compradores populares em feiras e flutuantes

(BARTOLI, 2019a). As principais espécies são o mapará, surubim, caparari (pele lisos), e os mais abundantes jaraqui e pacu (escama) durante o ano todo. Quando a chamada safra da pesca ocorre com período da vazante e seca dos rios, a quantidade de pescado não consegue ser absorvida por Parintins e as frotas de barcos pesqueiros de Urucará e São Sebastião do Uatumã são forçadas a vender a Maués (AM), Barreirinha (AM) e até mesmo Santarém (PA), segundo relatos. Isso incide em mais gastos com gelo, gasolina, alimentação obtendo baixos preços da venda devido à fartura, o que compromete a renda adquirida pelos pescadores. A única fábrica de gelo das duas cidades é particular, encarecendo ainda mais a atividade.

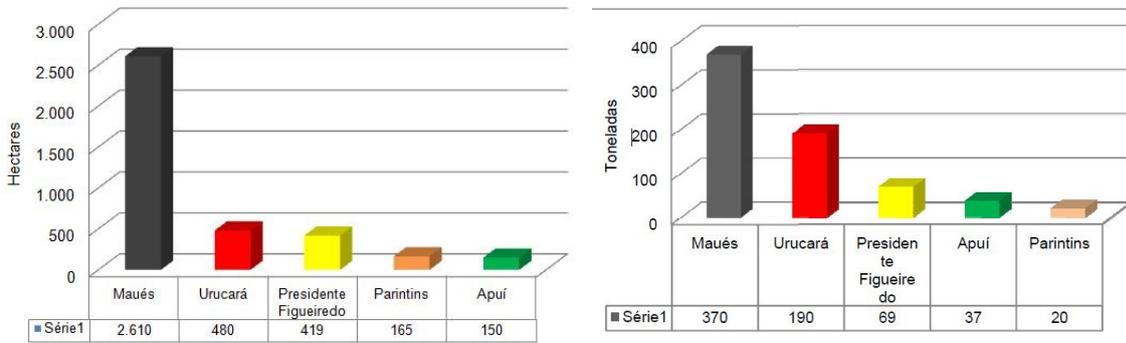
Conforma-se ausência de processamento do pescado formando cadeia produtiva incompleta, delegando baixa *capacidade de mediação das relações territoriais de Urucará*, tarefa que é realizada pelos municípios vizinhos. Não há engenheiro de pesca trabalhando nas cidades.

#### **b) Produção de Guaraná**

O município de Urucará vem despontando como o segundo maior produtor de guaraná do estado do Amazonas com produção média anual de 190,5 toneladas, cultivada por cerca de 310 produtores em uma área de 480 hectares, ficando atrás apenas do município de Maués (AM). Como aponta Serrão (2018), a introdução do cultivo se deu com a criação das primeiras colônias agrícolas em 1972, com áreas de abrangência alçando volume considerável de produção nas décadas seguintes.

Com demanda crescente e valorização no mercado nacional e internacional da produção orgânica, surge em 2001 a cooperativa Agrofrut com interesse pela exportação do guaraná de Urucará, tendo desafio de aperfeiçoar os processos de produção e os trâmites para exportação. A AGROFRUT é a consolidação do trabalho realizado pelo Centro de Treinamento Rural de Urucará – CETRU, que em 1972, com a colaboração da prelazia de Itacoatiara e voluntários Italianos, organizou os produtores em colônias, com objetivo de orientar os produtores a desenvolver novas alternativas econômicas (SERRÃO, 2018).

Figura 7: Os maiores produtores de guaraná do estado do Amazonas



Bases cartográficas IBGE (2010); Fonte: IBGE (2012); Org: Serrão, A. M. 2018.

Do número total de camponeses (310) que cultivam e produzem guaraná no município de Urucará, cerca de 75% da comercialização é realizada de forma individual e outros 25% através da Cooperativa Agrofrut. Da produção total de guaraná comercializada pela cooperativa que corresponde a variante de 40 a 60 toneladas/safra, 80% desse guaraná não possui certificação são vendidos para agroindústria local, regional e nacional. O restante, 20%, é certificada e vendida em forma de pó para os mercados internacionais (Ibid, p. 161).

A certificação orgânica do guaraná de Urucará foi resultado de muito esforço e inúmeras parcerias. Isso reforça a importância da densidade institucional nas cidades, visando além da qualificação das redes de sujeitos, realizar saltos de escalas no que tange às vendas, evitando atravessadores. Mas essa melhoria na mediação da cidade nos circuitos de vendas agora globais, não evita a exploração do camponês e o controle de preços realizados pelos grandes compradores transnacionais, onde “O território da produção orgânica é produzido por estas experiências de combinações múltiplas, relações espaço-tempo complexas e intimamente forjadas pelas relações de poder em seus diferentes níveis escalares (SERRÃO, 2018 p. 160)”.

Em trabalho recente sobre os cultivadores do guaraná e o processo da monopolização do território pelo capital no município de Maués, Costa (2017) destaca que a chegada da Empresa Paulista Antártica (atual Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV) em 1964 foi um dos fatores que certamente influenciou no aumento da demanda e na produtividade do guaraná na região do baixo Amazonas. Posteriormente a Coca-Cola passa a influenciar na

comercialização sub-regional, implicando controle dos preços por parte das duas empresas, reforçando relações de exploração e dependência dos produtores que obtêm menores lucros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acelerado processo de urbanização na Amazônia tem reconstruído situações geográficas de sedes ainda muito dependentes das características do sítio, que condicionam fluxos de transporte, usos do solo e distribuição da população. Esse “sedimento territorial” foi base para extração de produtos regionais e posterior produção da juta, conformando localmente um pequeno ciclo de acumulação de capitais mercantis que hoje necessitam dos setores populares para manutenção/continuidade de suas atividades como evidencia o modelo de interações entre e STUF STUR.

Com alteração da morfologia urbana refletindo a periodização econômica, setores populares em constante processo de reterritorialização conformam práticas espaciais. A pesca modernizada e a reconfiguração das atividades campesinas do guaraná demonstram territorialidades alteradas pelas relações escalares, tanto referentes à rede urbana regional que se beneficia do pescado de baixo custo que Urucará fornece, tanto como do controle dos preços e demandas por empresas transnacionais atreladas ao guaraná. Configura-se uma nova situação das funções de Urucará distribuindo produtos industrializados com auxílio dos sistemas territoriais necessários para funcionamento da dinâmica da rede urbana, evidenciando a drenagem de renda que Urucará é submetida.

## REFERÊNCIAS

BARTOLI, E. **O Retorno ao Território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins (AM)**. Presidente Prudente: PPGG / UNESP, 2017 (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. Cidades na Amazônia, Sistemas Territoriais e a Rede Urbana. **Mercátor**, v. 17, e17027, p. 1-16, 2018a.

\_\_\_\_\_. Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). **Espaço Aberto**, PPGG - UFRJ, Rio de Janeiro, v. 8, n.2, p. 169-185, 2018b.

\_\_\_\_\_. Territorialidades Urbano-Ribeirinhas: o Sistema Territorial pesqueiro de Parintins (AM). **GeoNorte**, v.13, 2019a.

\_\_\_\_\_. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. In: **Revista Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 51, Seção especial: Técnica e Ambiente, p. 43-62, agosto 2019b.

BARTOLI, E. SCHOR, T. OLIVEIRA, J.A., Cidades Médias na Amazônia: ampliando percepções sobre a responsabilidade territorial de Parintins (AM). **Terra Plural**, 2019.

\_\_\_\_\_. Cidades Pequenas na Amazônia e Ordenamento Territorial: redes de sujeitos locais e as redes urbanas de Uruará (am) e São Sebastião do Uatumã (AM). **GeoIngá**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 80-105, 2020.

BARTOLI, E; SPOSITO, E.S. Cidades na Amazônia e Sistemas Locais Territoriais: Novas Mediações Urbanas e Ordenamento Territorial. IN: **Fronteiras e Saberes**, Manaus: Edua, 2016.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BITTENCOURT, A.C. R. **Memória do município de Parintins: estudos históricos sobre origem, desenvolvimento moral e material**. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas/Secretaria de Estado e Cultura, Turismo e desporto, 1924.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CORRÊA, R. L A Periodização da Rede Urbana na Amazônia. in: CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Luís Fernando Belém da. **Cultivadores de guaraná: um estudo do processo de monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM**. (Dissertação), Mestrado em Geografia, Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo da. **Territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 274 p. (Tese de doutorado. Doutorado em Geografia Humana da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 2007.

DAMIANI, A. L. Cidades Médias e Pequenas no Processo de Globalização. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. CLACSO: São Paulo, 2006.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993, p. 83.

GEORGE, Pierre. **Geografia Urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. Orgs. **Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

MACHADO, L. O. A Urbanização e Mercado de Trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos do IPPUR**, 1, 1999, pp. 109-138.

MEIRELLES, Wallace. **Políticas públicas: o planejamento municipal como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Manaus: Editora Valer/Uninorte, 2008.

MOURÃO, M. H. C.; CRUZ, M. J. M.; OLIVEIRA, G. O. A guerra do peixe: territorialidades em conflitos – LAGO JANAUCÁ-AM. **IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, Niterói-RJ, 2009.

PAULINO, Eliane Tomiase. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: 2ª ed. editora da UNESP, 2012.

ROSAL, E. **Uma análise sobre o ciclo da juta no município de Paritins**. Monografia de conclusão de curso. Faculdade de Estudos sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus- 2000.

SERRÃO, Arenilton Monteiro. **Colônias agrícolas e campesinato: raízes de uma nova territorialidade no médio rio Amazonas, município de Urucará-AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

SILVEIRA, M. L. Uma Situação Geográfica: do Método à Metodologia. **Revista Território**, ano IV, n. 6, jan/jun. 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O Estudo das Cidades Médias Brasileiras: uma proposta Metodológica. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.) **Cidades Médias: espaços em transição**. São Paulo, Expressão popular: 2007.

WALLERSTEIN, I. The relevance of the concept of semiperiphery to the analysis of Southern Europe. In: ARRIGHI, G. (ed.) **Semiperipheral development: the politics of Southern Europe in the twentieth century**. Beverly Hills: Sage publications, 1985.

WITKOSKI, A.C. **Terra, florestas e águas: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2006.